

Pauta: Debater o [PELO nº 002/2022](#)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (19h) Boa noite a todos. Procederemos à leitura do edital (Lê.):

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PROCESSO 118.00248/2023-49 AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 002/2022, QUE EXTINGUE A LICENÇA-PRÊMIO, REVOGA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 37 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais, CONVIDA a comunidade Porto-Alegrense para a Audiência Pública, a ocorrer no dia 16 de março de 2023, às 19 horas, através de videoconferência pela plataforma Zoom (<https://zoom.us/>), onde os cidadãos também poderão participar, mediante inscrição em <https://audienciaspublicas.camarapoa.rs.gov.br/>. O link para acesso à sala virtual do referido evento se encontra disponibilizado no mesmo local. Detalhes da proposição poderão ser obtidos em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/138170>. Os participantes poderão se manifestar por escrito e/ou encaminhar documentos referentes ao assunto em debate, através do e-mail: audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br. As manifestações, durante a audiência pública, se darão mediante inscrição, após a abertura do evento. A audiência pública será transmitida pela TV Câmara, canal 16 da NET, pelo canal digital 11.3, e pelo Youtube em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/institucional/tvcamara>. Porto Alegre, 08 de março de 2023. **VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER**, Presidente.

Inicialmente, Sr. Presidente, se o senhor me permite, vou passar as regras da nossa audiência pública; em seguida, o senhor pode passar a palavra ao Sr. Prefeito. A partir deste momento, nós estaremos recebendo pelo *chat* até dez inscrições para falas de até cinco minutos cada. A audiência começará com a intervenção dos representantes do Executivo, o prefeito Sebastião Melo, depois o secretário André Barbosa; depois, falarão os representantes da entidade requerente, que é o Simpa – vão falar os colegas Bete Charão, João Ezequiel e Assis Olegário. Sr. Presidente, o senhor já está em condições de passar a palavra ao perfeito. Então estamos recebendo até dez inscrições, só peço a gentileza de colocarem o nome e o sobrenome para identificarmos.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, diretor Luiz Afonso. Eu quero agradecer a presença de todos. Estava em deslocamento, nós estávamos em uma sessão solene agora na Câmara. Agradeço ao Sr. Prefeito

por estar presente conosco; ao secretário Cassio, que estou vendo ali, e às demais autoridades, muito obrigado pela presença. O Sr. Sebastião Melo, prefeito municipal, está com a palavra para as suas saudações e as suas considerações.

SR. SEBASTIÃO MELO: Sr. Presidente, em seu nome, eu quero agradecer a presença de todos aqui, especialmente dos vereadores, do Simpa e dos servidores que estão conosco; dos nossos colegas de governo – estão aqui os secretários Cassio e André; da nossa PGM, aqui representada pelo Roberto Rocha, pela Juliana, pelo Djedah, pela Júlia Tavares, que estão conosco, e dos outros secretários que acompanham. Bom, eu acho que audiência pública – eu presidi tantas, Luiz Afonso, e tu estavas junto lá nesse processo – é momento de a gente ouvir mais do que falar. Eu sou de uma cepa que acha que as divergências são sempre grandes oportunidades de nós construirmos convergências. O nosso governo preza muito o diálogo, preza muito a construção. Quero aqui de pronto dizer que nós temos um reconhecimento muito grande pelo trabalho dos servidores, não há serviço público sem servidores, e acho que a gente tem tido aqui dois anos de muita convergência, acho que nunca faltou diálogo conosco, seja na previdência, seja na própria questão salarial que nós tratamos no ano passado, assim como em tantos outros temas.

Bom, esse tema da licença-prêmio é um tema já bastante discutido no Brasil – vejam que o governo federal, já na década de 1990, enfrentou esse tema, depois vários governos estaduais e vários partidos políticos de esquerda, de centro, de direita já enfrentaram esse tema. Eu queria colocar muito resumidamente o que está acontecendo aqui conosco. O sentido da licença-prêmio é que, a cada cinco anos, o servidor pudesse tirar essa licença e dissesse: “Olha, eu vou usar, vou gozar bem essa licença”, especialmente para a sua qualificação, para devolver à cidade, evidentemente, sempre um serviço mais qualificado. Bom, o que tem acontecido na prática? E o que eu estou dizendo está materializado através das ações judiciais. A lei diz que só quem pode pedir a licença é o servidor, então o servidor não pede, acumula muitas e muitas licenças-prêmio; depois, ao final, na aposentadoria, ele entra com ações judiciais e o Judiciário tem decidido

favoravelmente a todas essas ações. Tem umas que entram em pequenas causas, com aquele valor até o limite de 30 salários mínimos, e outras muitas, nos salários maiores, não. Então em números redondos, de 2022 até agora, judicialmente, nós estamos falando aqui de R\$ 13 milhões a R\$ 14 milhões já transitado em julgado no Judiciário. Então eu creio que a finalidade da licença-prêmio não está acontecendo, porque, se a licença-prêmio foi criada com esse espírito e ela tornou-se uma poupança, então, se for para ela continuar, eu até quero dar uma sugestão: vamos criar então “poupança-prêmio”, porque aí eu transformo, então, esse período numa poupança e, no final, o servidor leva esse dinheiro. Então eu acho que essa discussão é muito necessária, sem fundamentalismo. E aí nós propusemos um projeto que não tira uma vírgula de direito adquirido, nenhuma vírgula. Todos os direitos adquiridos até agora, se a lei for aprovada e acolhida, estão mantidos ao servidor. E ainda tivemos a cautela, e depois, no decorrer disso, os nossos especialistas vão poder detalhar, que aquele servidor que tem 60% para completar os cinco anos, vai completar os cinco anos pela regra antiga. Tivemos todas as cautelas. Essa matéria, a gente gostaria que tivesse sido apreciada no ano passado, mas eu sou do Legislativo também, reconheço o papel e o tempo do Legislativo, reconheço o Regimento do Legislativo que coube para que isso não acontecesse. Eu acho que esta audiência vem numa boa hora, esse diálogo franco, aberto, e quero saudar aqui também o líder do governo e todos os vereadores e dizer que, da nossa parte, nós queremos ouvir os servidores atentamente. Mas o que está acontecendo é isso, e não é no governo do Sebastião Melo, foi nos governos que antecederam, e há um tempo que vem vindo, e quero dizer que vocês, antes de serem servidores, amam esta cidade como nós, e lá, no bairro popular, está faltando meio metro de cano, está faltando creche, está faltando tudo, então, toda vez que eu poupo um dinheirinho aqui, eu estou levando lá para os que mais precisam. Então essa é uma realidade que a gente tem que discutir, porque o nosso orçamento hoje, para se ter uma ideia, dos R\$ 10,5 bilhões, R\$ 5 bilhões vão para a previdência e vão para os servidores, depois tem todas as verbas vinculadas, e no meio disso, agora, tem uma reforma tributária que está nos assustando muito, que pode retirar recursos do Município. Então eu quero, em

nome da nossa equipe, dar as boas-vindas a todos nesta audiência, que é comandada pela Câmara, e da nossa parte, acolher com muita atenção. Eu ainda tenho compromissos aqui e ali, vou voltando, mas estamos aqui no comando, juntos, para poder anotar e responder todas as demandas feitas pelos servidores. Portanto, boa audiência para todos nós.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, prefeito, pelas considerações. Passo a palavra, de imediato, ao Sr. Luiz Afonso de Melo Peres, que está coordenando as inscrições e as regras da nossa audiência pública.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O secretário André Barbosa está com a palavra.

SR. ANDRÉ BARBOSA: Boa noite a todos; boa noite, Presidente Hamilton Sossmeier, vereador que preside esta Casa Legislativa. Quero também estender um abraço a todos os vereadores que participam desta audiência pública. Quero cumprimentar o nosso prefeito Sebastião Melo, colegas secretários, colegas servidores, o sindicato, o Simpa, com quem temos um diálogo franco e transparente no decorrer desse período, enfim, todos que a nos assistem. Como o prefeito recém falou, creio que audiência é para que a gente ouça a opinião de todos que têm interesse na matéria, mas, claro, vou fazer um compilado aqui muito resumido do projeto, até porque ele é um projeto muito claro e objetivo, um projeto com sete artigos. Então, creio que a gente vá conseguir rapidamente tratar dessa matéria, e depois, claro, ficar à disposição para todos os questionamentos, as sugestões, as críticas, pois só assim a gente consegue evoluir numa democracia. Vou falar rapidamente, vou abrir a tela. Eu não sei se todos estão vendo aí. Na verdade, o projeto, no seu art. 1º, extingue a licença-prêmio, obviamente, para aqueles servidores que ingressarem após a promulgação da lei. Então não ataca nenhum direito adquirido pelos servidores. Claro que aqueles servidores que, na data da promulgação da lei, tiverem atingido no mínimo de 60% do período aquisitivo, e isso, dos cinco anos, equivale a três anos, no mínimo, têm direito assegurado a integralizar o período. Então

vai continuar contando o período até cinco anos. Aquele servidor que, como descreve o art. 3º, não atingiu esse percentual de 60% vai fazer jus à proporcionalidade, o que, na verdade, está sugerido ali na proposta, de três dias de afastamento a cada dois meses completos de efetivo exercício. Resumindo, num ano, nós teremos 18 dias de licença-prêmio, têm seis bimestres, e aí por diante. O cálculo é bem simples para garantir uma proporcionalidade. A regra vigente é o requerimento do servidor. Nós estamos também compartilhando essa concessão junto com o servidor, então a administração também vai fazer parte dessa decisão até para adequar e regar a prestação do serviço público e o próprio funcionamento da administração.

O art. 5º é bem claro nesse texto, dizendo que os períodos adquiridos e não usufruídos poderão ser convertidos em pecúnia, nas situações específicas de aposentadoria, exoneração ou falecimento. Este art. 5º, na verdade, está regrando uma situação que hoje é muito comum. Hoje nós não temos essa previsão na lei e, em muitos casos, esse pagamento é feito ou por orientação jurídica, parecer jurídico, ou por determinação judicial. Então à medida que se insere na lei essa possibilidade há uma segurança jurídica para todo mundo. Resumidamente, sobre o projeto, nós temos essa situação atual.

É importante também ressaltar – eu pediria até para retornar a tela, para os colegas poderem enxergar -, como disse o prefeito, que nos últimos 30 meses, entre processos judiciais e decisões administrativas, nós pagamos indenização no valor de R\$ 13,8 milhões, a isso somados processos judiciais, RPVs pagos e também decisões administrativas. Então isso equivale, nesses últimos 30 meses, à média de R\$ 460 mil pagos a título de indenização. Veja bem, nós temos um índice muito alto de conversão em pecúnia, seja administrativo ou através de indenização. Então é uma situação que acaba demonstrando uma certa distorção no direito de licença-prêmio, que é vinculado à assiduidade e outras características. Eu queria frisar isso. Também dizer que esta matéria, sim, já foi enfrentada por alguns estados, algumas capitais, cada um com uma característica diferente. Cito como exemplo a Bahia, que extinguiu o direito em 2015 e não teve regra de transição; foi revogado um artigo da constituição estadual daquele estado, que derrubou o direito, sem nenhuma regra de

transição. Então quem adquiriu o período, adquiriu, quem não adquiriu passou a não ter direito. Também temos o caso do Paraná e do próprio Rio Grande do Sul que transformaram a licença em outra licença, que, na verdade, é a licença-capacitação; a União também seguiu esse caminho; o Rio de Janeiro também seguiu esse caminho; Pelotas extinguiu a licença, puramente. Então nós temos vários exemplos, e a gente está à disposição para conversar, para melhorar o projeto, na verdade, são os vereadores que vão decidir e analisar essa matéria, é uma proposta de debate, como disse o prefeito, e nós estamos à disposição, meu ilustre e amigo, diretor Luiz Afonso, para, juntamente com os demais colegas secretários, esclarecer o que for preciso, para que essa matéria fique bem clara e não haja dúvida sobre ela e sobre a nossa intenção de apenas realmente garantir um direito que seja, na verdade, usufruído e gozado pelo servidor, não do jeito que está. Do jeito que está, nós temos uma distorção, e aqui não estamos atrás de culpado algum, pelo contrário, estamos propondo uma discussão da matéria. Está bem? Meu nobre diretor, estamos à disposição.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, secretário André Barbosa. As inscrições serão aceitas pelo *chat*. Até o presente momento, antes de passar a palavra para os colegas do Simpa, estão inscritos o Sr. Jerri Gallinati Heim, do Sindicâmara; Sr. Marcos Rovinski, do Simers; Sra. Luciane Moura e o Sr. Edmilson Todeschini da Astec, que serão chamados oportunamente. Passamos agora a palavra aos colegas do Simpa.

SR. JOÃO EZEQUIEL MENDONÇA DA SILVA: Boa noite a todos os colegas que estão participando; boa noite também aos vereadores e às vereadores que estão participando aqui; boa noite à equipe de governo que permanece ali. Meu nome é João Ezequiel, sou diretor-geral do Simpa, estou aqui com a diretora Bete, o diretor Assis e a diretora Luciane. Primeiro, é importante dizer, a todos os colegas aqui e a todos os presentes, que, na verdade, se o prefeito Melo quisesse, de fato, dialogar, como ele falou aqui no início desta audiência, ele teria procurado o Simpa, falado desse plano de extinguir a licença-prêmio dos

municipários e tentado uma negociação mínima que fosse. Portanto, nós estamos afirmando aqui que não houve um diálogo real.

Segunda questão, a extinção, este projeto, este PELO, que busca extinguir a licença-prêmio dos servidores municipais de Porto Alegre, vem, na verdade, numa sequência, ele vem num bojo de ataques a essa categoria que já são ataques do governo passado, continuados pelo governo Melo, neste governo. Ataques que já mudaram toda a carreira dos servidores, em que nós perdemos os nossos triênios, em que nós perdemos os nossos adicionais, em que nós tivemos a reforma da previdência municipal, em Porto Alegre, promovida pelo governo Melo, a qual aumentou a idade dos servidores e servidoras para se aposentarem, a qual fez um confisco de 14% no salário dos aposentados e agora vem, para coroar, extinguir a licença-prêmio dos servidores e das servidoras. Esses servidores e servidoras que, aliás, estiveram todo o período da pandemia trabalhando presencialmente nos serviços essenciais, como a saúde, como a FASC, como o DMAE, como o DMLU, e não tiveram até agora a [Lei nº 191/22](#), que é uma legislação federal, implementada pela Prefeitura de Porto Alegre. Verdade seja dita aqui, secretário André Barbosa, a Prefeitura de Porto Alegre não está cumprindo uma lei federal que retira os efeitos da [Lei nº 173](#) para os servidores da saúde e servidores da segurança. Não apenas não aplica, como agora vem aqui, a público, dizer que vai retirar a licença-prêmio de todos os servidores. O prefeito e o secretário André Barbosa falaram aqui que os efeitos da extinção da LP serão apenas para servidores novos; não é verdade! Vai acabar para todo mundo, para todos os servidores que estão há muito tempo na Prefeitura, há décadas na Prefeitura. Eu quero dizer que este projeto é um projeto de ataque frontal aos trabalhadores, mais um ataque frontal a servidoras e servidores e que seria importante que o prefeito retirasse este projeto e aí, sim, viesse negociar com a representação dos servidores que é o Simpa. É importante dizer que nós temos, André Barbosa, diversas cidades que mantêm a concessão da licença-prêmio: Canoas, Gravataí Eldorado do Sul, Viamão, Alvorada, Rio Grande, Caxias do Sul, Cachoeirinha, São Leopoldo, Esteio, Bagé e fora do Estado, Florianópolis e São Paulo. Então tem muitas cidades que mantêm. E dizer que os servidores não usufruem, muitas vezes, da licença-

prêmio porque não lhes é concedida. Na educação, por exemplo, não se consegue tirar a licença-prêmio em nenhum momento durante a sua carreira, em nenhum momento do ano. O servidor quer usufruir, mas não lhe é permitido o gozo da licença-prêmio. Sem falar que a licença-prêmio é uma concessão para quem tem assiduidade, para quem não teve nenhuma punição, portanto, é para aqueles servidores que se dedicaram ao serviço público e à população de Porto Alegre. Este projeto está no bojo de ataque também à população, porque é a desvalorização do servidor e da servidora e é a desvalorização do serviço público que entram no bojo das terceirizações, das privatizações que estão acontecendo em Porto Alegre. Então é uma medida nefasta de um governo, de um prefeito. Sou obrigado a dizer aqui que o prefeito Melo defendeu o projeto do Bolsonaro, ele defendeu o projeto bolsonarista, apostou no governo Bolsonaro, o qual causou muito mal para este País. Então queremos dizer aqui: governo, retire o projeto e negocie com o Simpa essa situação da licença-prêmio.

SR. ASSIS BRASIL OLEGÁRIO FILHO: Boa noite a todas, todos e todes, principalmente à categoria municipal e, quando eu digo categoria municipal, eu também digo aos servidores e servidoras do Legislativo, ao presidente do Sindicâmara que está presente, o Jerri. Eu sou diretor financeiro do Simpa e da rede municipal da SMED.

Existe uma falácia nesta questão, dizendo que é um privilégio do serviço público – mentira. Várias categorias da iniciativa privada têm o prêmio, só que o nome é diferente. Tem que ter assiduidade, a licença-prêmio não é concedida para quem tem falta ou punição, como disse o João. Então, nós temos hoje servidores, conheço alguns com nove, dez anos de carreira, com qualidade e qualificação, indo para a iniciativa privada, porque o plano de carreira da Prefeitura de Porto Alegre foi destruído a partir de 2019, e continua. Então é mentira o fato de que não existe isso na iniciativa privada, existe. Está havendo um deslocamento de massa crítica do poder público municipal para a iniciativa privada. Como o João disse, o professor ou a professora não pode tirar, mesmo que peça, licença-prêmio, durante o ano; ele vai tirar em maio, bom, ele está em sala de aula. Então o que acontece? É feito um cronograma de aposentadoria e

no final, antes de se aposentar, se tem seis, sete ou três meses, dependendo, faz o programa de aposentadoria e algumas férias antes de entrar em LA, que também é um outro problema que nós vamos citar. Existem muitos casos, eu conheço casos que entraram na justiça, porque é discricionário do poder público dizer: “Não, não pode agora”, a alegação é que falta pessoal, mas é um direito do servidor e da servidora. Falta pessoal, porque não tem concurso, ou faz concurso agora com uma vaga, faz contratação terceirizada ou contratação temporária que, depois de dois anos, a pessoa vai embora, não cria vínculo, inclusive, com a comunidade. Então tem servidores e servidoras que entram na justiça porque no tempo, quando eles pediram, o seu gestor, por incapacidade e incompetência, não conseguiu organizar o quadro e fazer isso. Esta discussão: “Ah, tem que fazer o cano” – tem que fazer o cano, sim, mas hoje nós estamos 41,6% da receita corrente líquida, muito abaixo de 51% e 54%. Então tentar jogar a população contra o servidor e a servidora, exatamente é a falta de servidor e servidora. A EMEF São Pedro, na Lomba do Pinheiro, está há três anos, na maior da parte neste governo, com o prédio interditado. No prédio da SMED, os servidores e as servidoras estão em rotatividade por problemas de fiação; esses dias, mais uma vez, tiveram que mandar o pessoal embora porque estava sem luz; o prédio central da SMED, isso é uma vergonha! Por quê? Porque não tem servidor, não tem arquiteto, não tem engenheiro no quadro que faça. Aí contratam essas empresas terceirizadas, e é nisso que dá. Várias vezes nesta semana, posso citar: Tio Barnabé é uma delas, na CMET estão sem alimentação. Por quê? Porque essas empresas picaretas contratadas não pagam os servidores e eles não vão trabalhar ou até recomendaram ficar em casa. Então essa questão é muito séria, e nós estamos vendo isso. Porto Alegre está na contramão da história. Nós estamos vendo, em vários países do mundo inteiro, a volta ao serviço público, à qualificação, como na Noruega e na Suécia – vejam qual é o peso do serviço público em nível de renda e trabalho. Aí o que querem fazer? Querem copiar uma coisa prévia, cafona: roda-gigante de Londres, um letreiro lá de Los Angeles, umas coisas ridículas, em vez de centrar. A cidade parece um balcão de venda. Então vamos trabalhar na Havan, não no serviço público. Serviço público de qualidade precisa de servidor valorizado, com

salário digno e que tenha a gestão democrática, o debate, não só o discurso, ou algumas coisas, pequenos avanços que teve, mas a essência é essa. Nós estamos perdendo, Porto Alegre está perdendo e está ficando para trás. Há 20 anos, era a metrópole de melhor qualidade de vida, hoje ela não é mais, está atrás de várias cidades, inclusive. Isso demonstra que esse plano de privatização que ataca o serviço público é um tiro no pé. Nós vamos ver as consequências disso, porque quem está lá na vila, quem está numa escola é que segura a gurizada. Nós fazemos o trabalho não só de educador, mas de assistente social, de segurança e de psicólogo, muitas vezes, e acolhedor. Inclusive com rifas para enterros, casamentos, chá de fraldas, chá de panelas e outras coisas. Esse trabalho não é reconhecido, é só crítica ao serviço público.

SRA. ELISABETE CHARÃO DE ANDRADE: O que nós temos a dizer é que está claro que é um desmonte do serviço público e começa com a desvalorização do servidor. Nós não temos mais qualificação, aparentemente, para a Prefeitura. Quando foi concedida a licença-prêmio, este ano, para algumas colegas do magistério, foi durante o período de recesso, enquanto que a licença-prêmio é um direito para o servidor não tirar lá no final da carreira, quando ele já está com problema de saúde e realmente for necessário. Não, ele precisa tirar antes, quando ele quiser, porque é um direito. Ele precisa tirar antes, inclusive para manter a sua saúde mental durante o ano inteiro de trabalho. Ele trabalhou por isso, ele foi pontual, ele fez muito além. Como disse o Assis, nós, da educação, fazemos muito além do que é o nosso trabalho. A gente atende a comunidade, especialmente a comunidade da periferia, na assistência social, na saúde, em todos os quesitos em que a rede pública está sendo falha. Então, qual é o papel da Prefeitura, neste momento, do governo? É que realmente ele tenha essa preocupação do serviço que está prestando, porque o pessoal está desmotivado, a gente não tem motivação, a gente não recebe mais nenhuma qualificação, além disso, a gente paga do próprio bolso com um salário defasado, desqualificado. Então o que é necessário? Que, no mínimo, a Prefeitura venha e converse com a gente, converse com quem está representando a categoria e não tomar uma decisão totalmente arbitrária. Quando eu fiz o concurso público,

a situação que eu esperava era completamente outra. Desde então, todos os direitos que constavam no edital do concurso que eu fiz foram tirados, um a um. E quem é aposentando ainda tem mais desconto, depois de 20 anos de aposentadoria as pessoas ainda tem, no mínimo, 14% de desconto. Então, onde é que fica o nosso bolso? Nós também somos usuários, nós não somos somente as pessoas que estão prestando serviço público, nós todos somos usuários do SUS, do DMAE, do DEMHAB, de todos os serviços públicos que a gente mesmo presta. Então como a gente vai ter uma qualidade de vida? Com certeza, não é só com a retirada de direitos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado aos colegas do Simpa, nós agora passaremos para as inscrições, intercaladamente com as falas das inscrições, os vereadores presentes que, até o momento, são o Ver. Jonas Reis, o Ver. Idenir Cecchim, o Ver. Giovanni Culau e Coletivo. Nós passaremos a palavra ao primeiro inscrito que é o Sr. Jerri Gallinati Heim, do Sindicâmara.

SR. JERRI GALLINATI HEIM: Boa noite a todos os presentes, faço minhas as palavras do Simpa a respeito da questão da licença-prêmio. Eu vou me ater especificamente à questão da Câmara, porque, como disseram o secretário municipal e o prefeito, nenhum direito foi retirado no projeto. Não é bem verdade, porque a Câmara tem uma realidade própria, tem autonomia, e o projeto prevê a impossibilidade de venda, que é o que ocorre na Câmara. Então a ideia de que nenhum direito adquirido está sendo retirado, das licenças já adquiridas, infelizmente, não é verdade. Essa é uma situação em que um projeto do Executivo está interferindo na autonomia administrativa do Poder Legislativo. Por outro lado, eu quero tratar de uma outra questão do projeto, porque ele não altera apenas a licença-prêmio, ele mexe na licença aguardando aposentadoria. Veio uma mensagem retificativa do prefeito alterando a questão da LAA. E eu vejo isso de uma forma bastante perigosa, porque a alteração que está sendo feito, em relação à licença aguardando aposentadoria, é a alteração que retira do que o servidor recebe, estando em LAA, o tempo efetivo de serviço,

transformando apenas no próprio salário. Por que esse artigo está na Lei Orgânica? Esse artigo está na Lei Orgânica para garantir que nenhum servidor venha a ser perseguido em momento algum, porque no momento em que ele for encaminhar a aposentadoria, no momento em que não existir um prazo para que a Prefeitura faça o procedimento da aposentadoria, esse servidor pode ser jogado numa espécie de limbo. E essa situação de que existem muitas aposentadorias trancadas é uma situação absolutamente excepcional, que inicia lá no governo Marchezan, que tocou o pavor em todo mundo e fez com que muita gente encaminhasse a aposentadoria. Aí, depois, veio a questão da pandemia, então, o governo está aproveitando uma situação que é absolutamente pontual e que, futuramente, vai se resolver, para alterar uma regra retirando um direito que está ali. Não foi colocada na Lei Orgânica, a LAA, como se fosse algo que o servidor ia ganhar dinheiro por causa disso. Não, aquilo ali é uma segurança ao servidor. E aí, de novo, trago especificamente para o nosso universo da Câmara Municipal. Nós temos mais de 60 funcionários aguardando a aposentadoria há mais de três anos. Aí quando eu falo na questão de perseguição, de uma eventual perseguição: “Ah, o Jerri está louco, criando teoria da conspiração”. Mas vejam os senhores: entre os servidores que aguardam a aposentadoria há mais de quatro anos, que é o nosso campeão aguardando a aposentadoria, simplesmente é um ex-procurador-geral da Câmara. Então imaginem que o ex-procurador-geral da Câmara está no limbo há mais de quatro anos aguardando que saia a sua aposentadoria. Nesse sentido, eu deixo aqui para o governo uma sugestão: se quer modificar esse artigo que trata da LAA, eu sugeriria que, em vez de 30 dias, que após 30 dias o servidor teria direito a entrar em LAA, passe esse prazo para 90 dias. Se é muito curto o prazo dos 30, então joga para 90 dias. Iria até mais longe, até quase que agredindo a minha condição de sindicalista, acrescente um parágrafo definindo regras caso o servidor acabe desistindo do pedido de licença aguardando a aposentadoria. Agora, simplesmente retirar essa situação coloca o governo numa situação ultraconfortável de aposentar as pessoas quando bem entender. Essa é a questão. Pode ter lá seus motivos, mas hoje as pessoas estão simplesmente sem condições de se aposentar, a alegação é que está faltando isso, está

faltando aquilo, mas a verdade é que não são dois ou três meses, tem gente há três anos, já falei isso, a Câmara tem mais de 60 servidores aguardando aposentadoria. Só no ano passado, o Município economizou com a Câmara por volta de uns R\$ 15 milhões por não ter aposentado as pessoas. Pode me dizer que tem um problema técnico, tem um problema da rebimboça da parafuseta, isso não interessa. A questão é que isso gera economia. O próprio prefeito citou lá R\$ 10 milhões, está economizando mais do que isso só com os servidores da Câmara que estão no limbo, no estaleiro, aguardando serem aposentados.

Vejo a questão da LP como uma guerra desnecessária, uma briga absolutamente desnecessária, porque, como disse bem o Simpa, concede as licenças em vez de ficar segurando as licenças; se trancaram licenças, é porque ele não concedeu. Nem todo o mundo quer transformar licença em dinheiro, muita gente gostaria de tirar. Mas é aquela coisa, não pode, agora não dá para sair, e aí obviamente que as coisas vão se acumulando. Agora, voltando: não altera só a questão da LP, altera a questão da licença aguardando aposentadoria, tirando um direito que não é algo para o cara ganhar dinheiro, é uma segurança, para não deixar essa pessoa do tipo “nós vamos te aposentar quando nós quisermos”. De novo: não vai ser lá para o funcionário simplesinho, ou para o cara que incomodava. Na Câmara atinge o procurador-geral. Eu vejo esse projeto, honestamente, como um esforço desnecessário, um tiro desnecessário. Esses dias, o prefeito fez uma analogia com o cafezinho, que gastava com isso; eu faria a mesma analogia: os problemas reais da cidade são muito maiores do que essas porcariazinhas de LP e não sei o quê. Parece que há um prazer em se preocupar com coisas mais miúdas, porque daí agrada uma parcela do eleitorado, que nos vê como as pessoas mais execráveis da face da Terra. É complicado também, é uma visão bastante distorcida do que é o serviço público. Eu tenho muito apreço ao prefeito Melo, ele foi um bom Presidente da Câmara, mas, infelizmente, tomou um caminho que não é o caminho, vamos dizer assim, mais legal, por um passado que ele tem, de tanto diálogo, de tanta conversa, sempre foi uma pessoa... Mas as companhias, às vezes, deturpam o histórico das pessoas.

Basicamente é isso. De novo, só para resumir, não é verdade que não se está mexendo em nenhum direito adquirido; especificamente, no caso da Câmara, sim, está atuando e fazendo modificações na realidade específica da Câmara. E a questão da licença aguardando aposentadoria, que é algo que foi encaixado ali depois e que futuramente vai causar danos, porque pode vir a ser um instrumento de perseguição exatamente quando a pessoa está no seu fim de carreira. A princípio, é isso, obrigado pela atenção, boa noite.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES: Obrigado, Jerri. Antes de passar para a próxima inscrição, como nós falamos, os vereadores falarão intercaladamente em relação às inscrições. O primeiro vereador inscrito para falar é o Ver. Jonas Reis.

VEREADOR JONAS REIS (PT): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu queria, primeiramente, deixar destacado, como líder do Partido dos Trabalhadores, que a Prefeitura, prefeito, não precisa tirar direitos para ter dinheiro. O senhor mesmo falou em todas as rádios e televisão no início do ano que tinha um superávit de R\$ 516 milhões. Como o senhor não tem projeto para a cidade, é o que toca, o projeto seu é o neoliberalismo. E para ser neoliberal, tem que mostrar alguma coisa para os amigos – os amigos! Então o senhor tem que dizer que está tirando direitos de servidor. Eu fiz um cálculo com a minha assessoria: quem tem Fundo de Garantia, a cada cinco anos de trabalho, vai receber o equivalente a quase seis salários, a quase seis meses de salário, de Fundo de Garantia. O município e a municipalidade não têm isso, porque não têm Fundo de Garantia. O senhor quer tirar o quê? (Problemas na conexão.) ...que recebe alguém da iniciativa privada ao longo de cinco anos dedicados de serviço. Por que o senhor não substitui um direito por outro? Por que sequestrar um direito? Tirar o direito de quem constrói a educação, a saúde, a limpeza urbana e o saneamento, prefeito? Quem está mantendo o saneamento, mesmo o senhor deixando mais de dois mil cargos vagos na cidade? São servidores públicos do DMAE, e o senhor quer dar de presente para eles a retirada de direito. Mas não é só isso; o senhor sabe, nós sabemos que não se faz política pública sem esses

servidores. O senhor fez aquela fala inicial e nem vermelho o senhor ficou, prefeito! O senhor falou que é a favor dos servidores, que precisa deles, que eles constroem, mas o senhor vira as costas, deve mais de 30% de reposição salarial – é reposição salarial da Prefeitura, a Prefeitura tem que pagar! As progressões estão atrasadas! Olha só, não tem mais plano de carreira, prefeito; o governo anterior tirou triênios, adicionais, e o senhor quer tirar mais um pouco ainda de quem já tem muito pouco para sobreviver. O pessoal que é do padrão 1 ao 4, prefeito, está ganhando abaixo do salário mínimo. O senhor não tem vergonha de ter servidores na capital ganhando seu básico abaixo do salário mínimo, e agora o senhor quer dar de presente para esses operários retirar a licença-prêmio, que é o pouquinho que a pessoa tem para poder tirar um direito. O senhor diz: “No direito adquirido não vou mexer”. Claro, prefeito, daqui para trás o senhor não pode mexer, foi adquirido, o senhor é advogado, senhor sabe disso, não venha com esta cantinela para cima das servidoras e dos servidores públicos. Sabe o que o senhor precisa fazer? Gestão, o que o senhor não faz. Há um desperdício enorme de dinheiro por conta dos cargos comissionados incompetentes, como aconteceu na última segunda-feira. Eu quero saber, na última segunda-feira, dia em que não teve merenda na escola, porque a empresa terceirizada deixou de prestar o serviço e vocês deixaram de gerir o contrato com qualidade – vocês, cargos comissionados –, o senhor vai autuar a empresa, o que o senhor vai fazer? Ali foi dinheiro fora para a iniciativa privada. O senhor mandou R\$ 100 milhões para as empresas de ônibus, mas não pode deixar continuar a licença-prêmio para os trabalhadores do Município; o senhor deu, de isenção, para a Fraport, uma empresa da Europa que opera o aeroporto, mais de R\$ 70 milhões de isenção de IPTU! Sabe por que o senhor diz que não tem dinheiro? Porque o senhor concede benefício, os supostos incentivos, mas não é ao servidor público. Então, o senhor pode dizer qualquer coisa, menos que valoriza o servidor, porque há atraso de reposição inflacionária, que está na Lei Orgânica, quer dizer, o senhor não reza a cartilha, literalmente, da Lei Orgânica, que é a carta constitucional do Município, e me admiro o senhor não ter a leitura desse documento, carregar embaixo do braço. Eu acho, prefeito, que o senhor precisa produzir outras propostas para a cidade. Por exemplo, captar dinheiro

nos ministérios, dialogar, pegar dinheiro dos consulados, dos outros países, nas embaixadas, para fazer projetos para a cidade, junto com os servidores, e não transformar a categoria agora no inimigo. O inimigo de Porto Alegre não é o servidor, não é a servidora; aliás, em muitos setores, porque não tem concurso, que a coisa não acontece por falta de RH, prefeito, o senhor sabe disso. Vários secretários pedem para o senhor nomeações, e o seu gabinete barra.

Prefeito, queria lhe pedir, neste momento, que retirasse o projeto da Câmara, esse projeto não vai ajudar, não vai ajudar. Se o senhor tem R\$ 516 milhões em caixa, para que o senhor quer mais dinheiro ainda em caixa tirando do bolso da trabalhadora, do trabalhador? Prefeito, a gente erra, o ser humano erra, o senhor errou em trazer esse projeto para a Câmara. Retire o projeto, traga outros, inclusive a oposição – o senhor sabe – já votou com o senhor em vários momentos, quando os projetos são bons para a cidade. Nesse projeto, nós seremos incansáveis em dialogar com todas as vereadoras e todos os vereadores para barrá-lo, porque ele não agrega, ele tira um direito e não traz nenhuma espécie de fundo de garantia no lugar. É preciso, prefeito, valorização de fato com a caneta, não só com frases, dizendo que valoriza. É preciso pagar o que deve de reposição à categoria e é preciso manter direitos. Inclusive o senhor poderia rever a ausência que o Marchezan fez de um plano de carreira mínimo que existia, que eram os triênios e adicionais. Por que o senhor não manda um projeto para a Câmara para a... (Problemas na conexão.) ...dos direitos e mostra mesmo que valoriza a municipalidade e o municipal, que é quem está lá dentro da escola, educando as crianças todo o dia, que é quem está dentro do posto de saúde, do hospital, salvando vidas, que é quem está na limpeza urbana, na insalubridade, quem está no DMAE.

Para concluir, prefeito, valorizar é olhar com olhos de generosidade. Se está sobrando dinheiro no caixa, para que tirar a licença-prêmio dos servidores? Fica esse questionamento e, com muita tranquilidade, muita tranquilidade, o senhor está errando e pode acertar, está na sua mão, está na sua consciência. Obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Jonas Reis. O Dr. Marcos Rovinski, do Simers, está com a palavra.

SR. MARCOS ROVINSKI: Boa noite a todos; boa noite, prefeito, secretário André Barbosa, todos os vereadores e todos que estão nos assistindo neste momento. Falo aqui especificamente em nome da categoria médica. Vou tentar ser bem breve, porque tudo que eu teria a dizer já foi dito, em termos gerais, pelo Simpa e pelo Sindicato dos Servidores da Câmara Municipal de Porto Alegre. Eu só queria lembrar que a categoria médica é a categoria que mais se exonera da Prefeitura, é a categoria que está vendo seus serviços terceirizados. E os médicos que vão trabalhar no serviço terceirizado ganham, às vezes, duas ou três vezes mais do que os servidores municipais; estamos pleiteando um reajuste no salário dos médicos do Município e, neste momento, a sensação que dá é de mais uma perda com a exclusão da possibilidade da licença-prêmio. Nós, médicos que trabalhamos no Município – eu não trabalho no Município, mas represento os médicos do Município –, sentimos como uma perda esse projeto, acho que teríamos que, pelo menos, tentar minimizar essa perda. Enfim, era só o que eu queria me manifestar, já foi manifestada pelos demais sindicatos: é uma perda que nós estamos sentindo. Só isso aí, acho que deveria ser retirado esse projeto. Muito obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Dr. Rovinski. O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Boa noite, Luiz Afonso, prefeito Sebastião Melo, toda a equipe do governo, secretário, as representações das categorias aqui presentes. Eu gostaria, antes de tudo, de me apresentar: meu nome é Giovani Culau, sou líder da bancada do PCdoB na Câmara de Vereadores de Porto Alegre neste momento e construo o primeiro mandato coletivo da história de Porto Alegre. Eu fiz questão de participar desta audiência pública pela importância desse tema. E eu gostaria, neste momento, acima de tudo, de reafirmar um compromisso com a cidade, porque, quando nós

falamos sobre os municipais e municipais, é importante dizer que as municipais são a maioria do funcionalismo público municipal, nós estamos falando daqueles que mais cuidam e protegem Porto Alegre. Então quem tem compromisso com a cidade precisa ter, acima de tudo, um compromisso com os municipais e municipais. E eu acredito que nós estamos aqui diante de uma discussão que reflete uma disputa de projeto de cidade, é uma disputa de projeto de gestão pública, e por que eu digo isso? Aqui se expressam duas visões: existe uma visão que encara o direito dos municipais e das municipais como um privilégio, que encara direito como privilégio; e existe uma outra visão que é a visão que eu compartilho, que a bancada do PCdoB compartilha, que os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do funcionalismo público são instrumentos para que a gente garanta, no serviço público, os melhores profissionais para atender a cidade. Eu queria chamar a atenção para essa questão, porque eu não acho que essa discussão que nós estamos fazendo aqui seja uma discussão que diga apenas respeito à Câmara, à Prefeitura e aos servidores e servidoras municipais. Estou vendo aqui o Jailson na tela. Essa é de uma discussão, Jailson, que diz respeito à cidade. A cidade precisa ser questionada: quem nós queremos no funcionalismo público municipal? Eu discordo que esse projeto – e lá diz na justificativa – conecte a cidade com uma visão moderna de gestão. Eu discordo, porque acabamos de sair de uma pandemia que demonstrou a importância do serviço público, demonstrou a importância dos servidores e das servidoras públicas. Por isso eu volto à pergunta: nós queremos os melhores profissionais da saúde, da educação no funcionalismo público municipal? Se nós queremos, isso exige que nós entreguemos uma carreira que seja vantajosa. E a verdade é que esse projeto não pode ser percebido como um projeto isolado, como já foi dito aqui. A gente está vivendo aqui mais um capítulo do desmonte e do esvaziamento do serviço público municipal. Por isso, o que a gente está visualizando é a perda de cérebros, a perda de profissionais qualificados. Não é verdade que nós aqui tenhamos um problema para enfrentar que exija de nós a extinção do direito, se hoje a licença-prêmio não tem sido utilizada, o que nós precisamos é ajuste de gestão e, eventualmente, outros regramentos que garantam com que esse direito seja gozado. Não me parece que o caminho seja

a extinção, porque, se nós optarmos por esse caminho, nós vamos estar, mais uma vez, alimentando esse ciclo de retirada de direitos, de desmonte do serviço público, e isso atinge o povo da nossa cidade, em especial as periferias da nossa cidade, que são aqueles e aquelas que mais precisam do serviço público municipal.

Também não consigo compreender de que forma se apresenta que seja uma exigência esse projeto de lei apresentado diante de problemas fiscais da Prefeitura, se, como já foi dito aqui, Porto Alegre comemora superávits anuais milionários. Então eu acho que o grande recado já foi dado nas intervenções que foram feitas, aqui e no *chat*, nas manifestações. Mas eu queria apenas reforçar esse compromisso com a cidade, com os municipais e municipais, o compromisso da bancada do PCdoB, e reafirmar que a gente está diante de uma disputa de projeto de cidade, de o que nós queremos do nosso serviço público. Se queremos um serviço público de qualidade, se queremos que os melhores profissionais estejam no funcionalismo público municipal, nós temos que batalhar para garantir os direitos desses trabalhadores e trabalhadoras e que a carreira pública seja, sim – e que a gente não tenha medo de dizer –, vantajosa. Infelizmente ela tem deixado de ser aqui em Porto Alegre. Então, um bom debate aqui para nós, que a gente faça boa luta e que a gente consiga ter a sensibilidade do governo com recuo em torno desse tema. Muito obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MNELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Giovanni Culau e Coletivo. A Luciana Moura está com a palavra.

SRA. LUCIANA MOURA: Boa noite a todos. Eu não sei quantos vereadores estão presentes, para mim, para os servidores e para o nosso sindicato é um tema muito importante, mas aí a gente não sabe se os vereadores já estão com o voto certo. Enfim, a nossa carreira de municipal, de servidor para Prefeitura de Porto Alegre está muito desvalorizada, a cada ano, a cada governo, principalmente desde o governo Marchezan, a gente só perde direitos. Como já falaram aqui, aumentou o desconto do Previmpa, não temos mais adicionais de 15, 25 anos, nosso salário básico é muito baixo, está desestimulando a ingressar

novos servidores. Quem é que vai fazer o concurso público olhando o salário base? É muito ruim, muito triste, é uma desvalorização. Eu acompanho aqui, no *chat*, os nossos colegas colocando que o pessoal está ficando doente. A desvalorização deixa a gente muito mal. E graças a Deus que nós temos servidores públicos no Brasil, senão passariam joias caríssimas na alfândega, se não fosse por causa de um servidor público. Na CPI da Saúde, sobre a covid, a gente acompanhou que foi um servidor público que denunciou a propina, não queria dizer propina, mas veio essa palavra agora, o superfaturamento no preço das vacinas. Nós, brasileiros, temos que agradecer que há servidores públicos que primam, que zelam pelo País.

Vamos voltar aqui para Porto Alegre: o que a gente vê? Estou lendo aqui porque eu anotei várias coisas para falar e posso esquecer. Como já comentaram aqui, nós não temos Fundo de Garantia, e até eu achava que eram três meses de salário; não, equivale a seis meses trabalhado – eu não tinha esse conhecimento. O engraçado é que os servidores não entram em LP porque não querem, porque querem ganhar um dinheiro no final da carreira – o que eu acho muito justo, já que a gerente não tem Fundo de Garantia, o FGTS a gente não tem – mas é porque as pessoas, os colegas não conseguem sair, principalmente agora que nós somos poucos servidores, já que não tem concurso. Então, está muito ruim para sair de LP. E a outra coisa também que eu gostaria de falar é que a gente percebe que todo mundo fala: “Ah, mas a cidade tal já perdeu, fulano de tal já perdeu...” Gente, é tudo nivelado por baixo? Pelo amor de Deus! Quisera eu ser prefeita, que não quero ser, e dizer: “Eu arrumo a cidade, cobro o justo de todo mundo, mas os meus servidores são valorizados, eu não tiro direitos deles!” Mas não é o que está acontecendo, pessoal. Por favor! Então, se numa cidade tal, se em dez cidades tais os vereadores estão ganhando de um a dois salários mínimos – desculpem-me os vereadores de Porto Alegre –, mas eu penso assim: “Eu, como vereadora de Porto Alegre, vou nivelar também por baixo, vou querer receber de um a dois salários mínimos, já que há vereadores de outra cidade que estão recebendo isso”. Parece isso! A coisa é muito séria. Tudo é nivelado por baixo! A aposentadoria: agora vai aumentar meu tempo para aposentadoria, mas coitado do pessoal que está entrando, o pessoal novo, está horrível. Agora

são 62 anos para todas as mulheres! É muito desumano as mulheres trabalharem até os 62 anos. A maioria das pessoas sabem que nós, mulheres, temos dupla, tripla jornada. E aí a gente pega um ônibus, pega dois ônibus, às vezes somos assediadas, até sexualmente, dentro de ônibus, todo mundo sabe, só quem não pega ônibus ou nunca pegou ônibus na vida não vê isso; aí vamos nivelar por baixo? Todo mundo com 62 anos e pronto? Então, é só um recado para os vereadores pensarem bem, e para o prefeito Melo, que eu acredito que ele é um cara muito sério, um homem muito honrado, e ele está acompanhando esta audiência. E como já disse o pessoal do Simpa, e também mais alguns outros colegas: “Retire esse projeto e converse!” Não tem como. Eu vou dar mais uma lidinha aqui, acho que não passei muito do tempo, porque eu anotei bastante coisa, mas é isso. Há outros colegas também que vão falar. E nós temos estabilidade justamente para o nosso colega lá da alfândega não ser exonerado, porque recebeu vários carteiraços para passar umas tais joias que vejo na TV todo dia. Ele não foi exonerado porque ele é estável! “Ah, vocês não têm FGTS porque vocês têm estabilidade...” Olha, o brasileiro tem que saber: deixa a estabilidade, porque assim a gente sabe das maracutaias que podem acontecer. Eu agradeço a atenção.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Dr. Edmilson Todeschini está com a palavra. Antes, porém, do Dr. Todeschini iniciar, nós só vamos referir que estão presentes na audiência o Ver. Jonas Reis, o Ver. Idenir Cecchim, o Ver. Giovanni Culau, o Ver. Pablo Melo e a Ver.^a Biga Pereira.

(O Sr. Edmilson Todeschini não conseguiu se pronunciar neste momento devido a problemas na conexão.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Houve um problema com a conexão do Dr. Edmilson. Enquanto ele se reconecta, passaremos para o próximo inscrito. O Sr. Jailson Prodes está com a palavra.

SR. JAILSON BUENO PRODES: Boa noite a todas e todos; boa noite ao Presidente da Câmara, boa noite ao prefeito, aos secretários e equipes, boa noite aos vereadores em geral e, em especial, aos que estão aqui presentes, Ver. Giovani Culau e Coletivo, Ver.^a Biga, Ver. Jonas, Ver. Pablo Melo, Ver. Idenir Cecchim, é muito importante a presença de vocês neste debate. Nós entendemos que uma oportunidade dessas a gente não pode deixar passar. É no âmbito do Legislativo que a gente tem a oportunidade de fazer os debates que interessam à sociedade, principalmente à comunidade de Porto Alegre. Então esta é uma audiência pública que não interessa apenas à administração, aos vereadores, aos servidores, mas interessa a Porto Alegre como um todo, em especial à comunidade que é atendida pelos serviços públicos de Porto Alegre. Quando o prefeito coloca a extinção da licença-prêmio, ele faz uma certa comparação, que é indevida, que a extinção da licença-prêmio vai ocasionar melhores serviços para a comunidade. Nós entendemos que é um grande equívoco por conta de uma concepção equivocada de sociedade, uma concepção equivocada de administração pública. Nós entendemos o contrário, que, para a gente melhorar os serviços prestados à comunidade em todos os segmentos, serviços na saúde, serviço na educação, serviços de infraestrutura, todos os serviços que a Prefeitura deve praticar, e praticar com qualidade, é essencial que a gente tenha servidores qualificados e servidores com excelentes condições de trabalho. O que a gente tem visto aí é o contrário, é um descaso, a gente pode dizer assim, nos últimos anos, com as condições de trabalho em geral dos servidores do Município de Porto Alegre. Servidores do Município de Porto Alegre estão trabalhando, cada vez mais, com estruturas precarizados, cada vez mais, com salários defasados, isso não pode redundar numa melhor qualidade do atendimento público.

Também a gente faz questão de frisar que a origem da licença-prêmio – que aconteceu, pela primeira vez, na década de 1950 – tinha como objetivo premiar a assiduidade, ou seja, premiar o comprometimento do servidor público, premiar a presença, premiar a responsabilidade. Muitos vereadores, muitos administradores que hoje estão na gestão pública falam muito da qualidade da gestão da iniciativa privada, e comparam pejorativamente com a gestão pública.

Dizem que, na gestão privada, as coisas acontecem de maneira melhor; olha, o trabalhador, na iniciativa privada, tem uma série de premiações como reconhecimento ao seu trabalho. O trabalhador da iniciativa privada tem direito à participação nos lucros e resultados; o trabalhador da iniciativa privada tem direito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; o trabalhador na iniciativa privada tem direito à premiação por atingimento de metas. Isso não é a realidade do servidor público; a licença-prêmio é uma forma indireta de remuneração, é uma forma direta de reconhecimento à qualidade prestada pelo serviço desse servidor. Então, quando a gente retira um direito desses, a gente está desqualificando o serviço público e a gente está desqualificando o atendimento à população, principalmente a população que mais necessita dos serviços públicos. O que a gente está solicitando aqui, enquanto Simpa, o que a gente está fazendo, na realidade, é um apelo ao prefeito, um apelo aos vereadores para que dialoguem com os servidores do Município, com o Simpa. Existem alternativas que podem melhorar a gestão sem penalizar o servidor público, e essas medidas estão ao alcance de todos, basta que a gente aposte no diálogo. Os servidores públicos não têm direito, na prática, a gozar licença-prêmio por causa de uma postura equivocada da gestão, não é por iniciativa do funcionário público, isto é um equívoco que acaba tendo que ser debatido na justiça. Nós não precisamos chegar a tanto se a gente desfizer alguns problemas que existem com relação ao direito ao gozo da licença-prêmio. Então, nós pedimos aqui, solicitamos ao prefeito e aos vereadores que a gente dialogue em cima dessa proposta de retirada de licença-prêmio. Nós temos alternativas que são melhores para a gestão, que são melhores para a comunidade e que são melhores para os servidores públicos, desde que haja diálogo. O que nós queremos efetivamente é diálogo. Obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Jailson. O Sr. Edmilson Todeschini está com a palavra.

SR. EDMILSON TODESCHINI: Boa noite, diretor Luiz Afonso, boa noite aos vereadores, boa noite aos sindicalistas aqui presentes, boa noite aos

municipários, boa noite aos integrantes do governo. Em primeiro lugar, eu quero dizer que a Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre – Astec endossa integralmente o posicionamento já manifestado pelo sindicato dos municipais. E quero dizer que o problema alegado pelo governo como justificativa do projeto, na verdade não é exatamente aquela justificativa de fundo. A justificativa de fundo, e que está ocultada, é a falta de planejamento administrativo. Se há um acúmulo de licenças-prêmio no final de carreira, e muitas se convertem em indenizações, isso se dá por falta de planejamento administrativo. E agora que pretende o governo? Penalizar o servidor por uma falta de planejamento administrativo. Deve-se aumentar o quadro numericamente, deve haver um planejamento de controle para que não chegue à situação criada de sobrecarga que chegou. E eu quero dizer mais, eu quero dizer que todos nós, municipais, quando prestamos o concurso, independentemente de cargo, independentemente da secretaria, fizemos um pacto com o Município: o pacto estabelecido pelo Município, o regramento que estava no edital e a licitação municipal. Nós aderimos a um plano de carreira, a um regramento de edital, a um regramento que nos foi oferecido para ingressar no serviço público. E agora está havendo uma quebra unilateral. Nós tínhamos uma expectativa previdenciária quando entramos, foi alterada unilateralmente pelo governo, no ano passado e no ano anterior, contrariando a vontade dos municipais, sem diálogo efetivo com o Simpa, com as entidades, com o Conselho de Administração do Previmpa, o qual eu presidia.

A extinção da licença-prêmio vem no mesmo sentido da alteração do plano de carreira, que foi uma quebra unilateral de um pacto que nos foi prometido; vem no mesmo sentido da quebra unilateral do regramento previdenciário, e significa mais uma afronta que visa desqualificar o serviço público, visa desestimular o servidor público, visa deixar de premiar assiduidade, o bom servidor público. Hoje, o servidor que não é assíduo ou que tem penalidades funcionais não recebe licença-prêmio, porque o regramento legal, vinculado à licença-prêmio, o próprio nome já diz, é um prêmio pelo bom comportamento, que não tenha penalidades e pela assiduidade. Então, nós repudiamos essa quebra unilateral do pacto.

Se está sendo oneroso, o que fazer? Vamos negociar, mas uma negociação pressupõe uma conversa bilateral. Não houve conversa bilateral. Houve uma quebra unilateral daquilo que nos foi proposto. É exatamente por isso que nós, da Astec, enquanto entidade de classe, nos aliamos ao Simpa e repudiamos e esse projeto, pedindo aos vereadores que o rejeitem. Muito obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado. A Sra. Jacqueline Junker está com a palavra.

SRA. JACQUELINE JUNKER: Boa noite a todos. Peço desculpas, não sou boa em gravar nomes, portanto vou considerar que estou dando boa noite a vários cidadãos de Porto Alegre, assim como eu. Eu tenho algumas perguntas a fazer, até para saber a partir de que ponto estamos falando aqui.

Incomoda-me muito ouvir falar de milhões, que a licença-prêmio traz aqui e acolá de prejuízo, porque ela só é usufruída no final, e cadê a parte do gestor que deveria organizar, de forma eficiente, o gozo desse direito pelo seu trabalhador? Outra coisa, de que ponto de vista eu estou sendo vista, porque eu sou cidadã e também sou funcionária municipal: como uma trabalhadora da cidade e que, portanto, eu sirvo à cidade, ou eu sou uma trabalhadora do governo? Quero dizer que do segundo eu não sou. Eu sou uma trabalhadora da cidade e é isso que me garante estabilidade, e acho que é isso que nosso plano de carreira queria dizer: nós tínhamos um plano por ser servidor da cidade, por dedicar nossa força de trabalho para a cidade e para os outros cidadãos que, como nós, vivem nesta cidade, por isso merecemos ser valorizados. Creio que é bom eu dizer da onde eu venho e o que eu quero.

Outra pergunta que trago para pensarmos em termos de Brasil. Se uma família ganha determinados valores para administrar sua família, e as pessoas responsáveis por essa família conseguem ficar com muito dinheiro na aplicação, mas não conseguem suprir as necessidades básicas de seus filhos, o conselho tutelar tiraria os filhos dessa família, porque ela não está cumprindo com os seus deveres – a lei tiraria. Eu pergunto como podemos anunciar com tanto orgulho que temos um superávit na cidade, um superávit financeiro, quando temos déficit

de serviços e de prestação de qualidade de serviços à cidade e aos seus cidadãos? Essa é uma das questões para parar para pensar e perguntar aos Srs. Vereadores como os senhores se veem trabalhando para a cidade, tendo sido eleitos para trabalhar para a cidade e desrespeitando quem é contratado por essa cidade, para trabalhar por ela e para ela. É nesse sentido, quando vocês forem votar ou pensar esse projeto, se ele não sair da Câmara, que vocês pensem isso: nós somos servidores, nós não somos inimigos da cidade. Muito pelo contrário, nós somos trabalhadores dela, nela estamos, nos dedicamos, apesar que, nos últimos anos, tenhamos recebido... E aí quero dizer, eu não recebi da cidade um pontapé ou o fim do meu plano de carreira, eu recebi esse desrespeito por parte de alguns gestores que, de alguma forma, foram parar nessa administração. (Problemas na conexão.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Colega, Jacqueline, encerrou seu pronunciamento? Habilitamos seu microfone, Sra. Jacqueline.

SRA. JACQUELINE JUNKER: Desculpem. É de se perguntar mesmo que cidade é essa que queremos? Srs. Vereadores, nós temos visto uma desarticulação de todos os serviços da cidade. Quando se desarticulam os servidores de uma cidade, desarticula-se uma cidade. Quando a gente tira aquilo que dá uma tranquilidade, aquilo que faz com que uma pessoa escolha trabalhar aqui, não por um período, mas por anos da sua vida, fazer disso a sua carreira, isso é garantia de continuidade dos serviços públicos, da prestação de qualidade e contínua desse serviço. A gente só atende outro humano, porque uma cidade é feita por humanos, não por prédios e não pelo mercado, com outro humano. Por favor, parem um pouco para pensar nisso, que aos nos tratem, a nós, funcionários municipais, com essa desumanidade, porque nos tiram tudo sem nos recolocar nada e nos culpabilizam de tudo sem nos dar as condições de exercer as nossas funções, não tem como. Eu vejo hoje, na educação, professor que entra, concursado, e pede exoneração. Quando eu entrei isso não aconteceria nunca, porque era o segundo melhor salário do País. A rede de

educação de Porto Alegre vai se desqualificar muito pelos próximos anos em função do fim do plano de carreira. Não vale mais a pena ser professor no Município de Porto Alegre. Nós estamos chegando ao ponto em que tem colega que diz que vale a pena ser professor do Estado. Olha a que ponto nós chegamos. Então, que a gente pense mesmo sobre isso. Acho que não é extinguindo licença-prêmio, e não é tendo superávit que a gente se qualifica como gestor, mas sim prestando serviço de qualidade e cuidando dos trabalhadores da cidade. Encerro a minha manifestação. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Sra. Roselia Siviero Sibemberg está com a palavra.

SRA. ROSELIA SIVIERO SIBEMBERG: Boa noite. Por seis anos fui diretora deste valoroso sindicato, o Simpa, que representa a luta de uma categoria, e no momento atual estou na ATEMPA, como diretora também. Aqui eu venho fazer essa fala pela nossa entidade, demarcando esse espaço das audiências públicas, inclusive ressignificando esse espaço entre os vereadores, que passem a valorizá-lo, porque audiência pública tem justamente essa intenção, de fazer com que todos os vereadores possam se apropriar dessa discussão até tomarem suas decisões. Eu preparei aqui, assim como a Luciana Moura eu gosto de escrever, alguns pequenos itens, porque a fala do nosso Sindicato foi muito representativa, e dos colegas que vieram posteriormente, e vou me aproximar muito da tua fala, Jacqueline. Primeiro, eu quero dizer que respeitar a história da cidade é respeitar a história do servidor público. Qual é a diferença entre servidor público e o servidor da iniciativa privada? O servidor público vem para fazer, para ajudar na construção, na implementação de políticas públicas, principalmente em espaços que muitos não querem ir, que é na educação em nossas escolas periféricas, nos hospitais que atendem ao nosso povo de vulnerabilidade, HPS, HPV e tudo mais, na FASC, no nosso próprio DMAE e tantos mais, serviços esses que contribuem com o cidadão, com a cidadã. Nesse sentido, esse cidadão e essa cidadã que pagam seus impostos, desejam receber em forma de trabalho, mas o grande problema que a gente está tendo, desde a gestão do

Marchezan, é que pagar pelo trabalho de servidor tem sido um peso, parece que apenas botar o asfalto ladrilhado, de estrelinhas no chão, vale a pena. O que eu quero trazer com isso? Os políticos, e aqui eu me refiro – esqueci até de cumprimentá-los – tantos aos vereadores como aos prefeitos, eles passam, quem permanece, no mínimo por 30 anos, dentro de uma comunidade escolar, como eu fiquei, hoje estou aposentada, ou o enfermeiro que está no HPS ou no HPV, ou o assistente social que está lá dentro da FASC trabalhando, é o servidor, é ele que vê os passarinhos passando e ele permanece ali construindo, apesar do gestor que está ali. O nosso antigo prefeito viu essa lição nas urnas, porque o povo da cidade entendeu, o povo cidade entendeu que quem faz a política lá na ponta é o servidor, não basta só entregar tudo para iniciativa privada.

Eu quero falar um pouquinho, enquanto ATEMPA: nós temos 96 escolas, todas, a grande maioria delas atendendo a nossa periferia, e atendendo a nossa periferia com a qualidade que merece, apesar de que, neste momento, falta RH, falta, muitas vezes, a merenda, não tem monitores em número suficiente nas nossas escolas infantis, nas nossas escolas fundamentais para atender aos alunos de inclusão, mas nesta semana o prefeito e a secretária estão felizes, porque nós temos, no mínimo, dois exemplos práticos para trazer aqui: da nossa Escola Heitor Villa Lobos, o prêmio de robótica, que estão num festival nos Estados Unidos; da nossa Escola Liberato, que ganhou o prêmio nacional do cinema. Isso é bonito de falar para a imprensa, mas não foram eles, foram os professores em todas as situações adversas que continuaram, os educadores daquela escola, trabalhando para que desse certo, para que continuassem construindo o aprender. E aí o professor, principalmente esse de dentro da sala de aula, vai muito mais do que ensinar a letra, muito mais do que ensinar o número; é muitas vezes com o professor, agora, nos tempos atuais, com o monitor, que o nosso aluno traz suas situações de maus tratos, de fome, de violência, de abuso, e somos nós, educadores, na grande maioria das vezes, que estendemos a primeira mão para ajudá-los. Aí entra esse ponto fundamental: cadê a escuta dos trabalhadores pelo prefeito, cadê a escuta para entender esta construção que a gente faz no dia a dia, como gostamos de dizer,

no chão da escola? E entra a questão da LP, e dou o meu exemplo: trabalhei quase 30 anos na rede municipal; nos momentos em que eu queria tirar minha LP, quando os meus filhos nasceram, não consegui, porque não tinha professor. Tem essa regra na LP, não podemos deixar, no momento em que a gente quer tirar a LP, sem ter alguém para ficar no lugar; fazem com que a gente leve lá para o final, como disseram os colegas do Simpa. Antes de 98, a gente podia vender ou colocar em dobro; atualmente não, só que agora, quando eu fui tirar minha LP, estou para me aposentar, a Prefeitura tinha que prever alguém para estar no meu lugar. Eu já servi por 29 anos à Prefeitura; mais não, para a Prefeitura o aposentado também é um peso! Ou seja, o nosso serviço do cotidiano da educação não é valorizado, e entra um ponto fundamental nisso tudo, do nosso fazer: o professor, o enfermeiro, qualquer profissional do Município, tem aquelas regras que foram trazidas pelo Simpa: ele precisa, para adquirir, não ter falta, ter número “x” limitado para questão de saúde, e ainda não pode gozar no tempo que ele quer! Mas, a Prefeitura, ao mandar esse projeto de lei, que já era intenção do governo Marchezan, quer trabalhar com a cidade. É esse o perigo, e aí está um ponto que eu quero trazer, que nós precisamos dialogar com a cidade: que nós queremos só usufruir de vantagens, que nós não queremos trabalhar pela cidade, é isso que eles querem dizer; quando, pelo contrário, estamos todos os dias de cada ano do nosso trabalho, e agora os colegas que estão na ativa, com a reforma da Previdência, com muito tempo a mais dando para cidade, trabalhando em prol dessa cidade. Prefeito Melo, eu lembro bem do seu debate com o Simpa, quando o senhor assumiu essa gestão, o que o senhor disse naquele debate, temos gravado, que o senhor iria discutir, sim, com a categoria municipal, as suas pautas de trabalho, as suas pautas de identidade, porque existe identidade, sim. Quem vem para o serviço público, e aí os colegas que disseram: “Ah, no passado...” Nós viemos pelas nossas carreiras e para ajudar. Que prefeito Melo dialogue, sim, com o Simpa, que ele volte a dialogar, que os vereadores que não estão aqui, neste momento, assistindo, pelo menos que escutem algumas falas para tomarem a decisão, não pelo viés da meritocracia e do sistema privado, sim pelo conteúdo que foi aqui debatido. Muito obrigada.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigada, colega Roselia. O Secretário André Barbosa está com a palavra.

SR. ANDRÉ BARBOSA: Quero agradecer pela oportunidade, Presidente Hamilton, pela possibilidade de fazer esse diálogo com toda a categoria e sindicatos, a quem nós respeitamos muito aqui na Secretaria de Administração – a gente tem um diálogo permanente com a categoria –, quero cumprimentar todos os vereadores que participam desta audiência pública, na pessoa do nosso líder do governo, Ver. Idenir Cecchim, prefeito e demais colegas secretários. Quero dizer que a gente permanece à disposição de todos para, sim, receber críticas, receber sugestões e melhorar, qualificar o projeto. Essa é a intenção. A intenção da administração não é brigar com o servidor, não é criar fato, é simplesmente propor mudanças que realmente gerem efeito, gerem uma inovação e se adéquem à realidade que hoje que está sendo enfrentada, não só aqui no Estado, mas na própria União e nos estados, como eu já mencionei. Sem querer politizar o debate, os governos de todos os partidos estão enfrentando essa matéria, uns radicalizando mais, extinguindo o direito por si só, outros flexibilizando, transformando em licença-qualificação; então, como diz o prefeito, a construção tem que ser sempre feita, o diálogo permanece aberto, é uma proposta que, assim como está recebendo muitas críticas, também recebeu muitos elogios, e isso é do jogo democrático. O que nós não podemos, de forma alguma, é não ter diálogo. E, no que depender do governo, a gente vai manter o diálogo aberto, como tem sido feito com a categoria. Desde o início – está aqui o presidente e toda a diretoria do Simpa, do Simers, enfim, de todas as categorias – temos conversado; inclusive fizemos, sim, em conjunto, acordos que beneficiaram a categoria, com reposição salarial, com aumento real no nosso vale-alimentação, na questão das progressões, na abertura de progressão, enfim, são várias ações dessa gestão que, sim, estão melhorando a vida do servidor. Não é o ideal, a gente sabe que não é o ideal, mas dizer que não tem diálogo, que não tem boa vontade, que há qualquer tipo de perseguição aos servidores neste governo, não há, não há gesto nesse sentido. Então, quero

reafirmar que nós seguimos, sim, à disposição, diálogo aberto, dentro do jogo democrático de respeito a todos; e creio que falo, sim, em nome da gestão aqui. Claro que essa é a ideia da gestão: de diálogo, de enfrentar os problemas e discuti-los, seja em audiência pública, seja em reuniões, seja participando de debate no período eleitoral, como foi feito. Muitos candidatos não foram no debate, e o prefeito Melo esteve lá conversando com a categoria, então, a gente está à disposição. E eu quero agradecer de novo, Presidente Sossmeier, pela sua generosidade de sempre disponibilizar espaço para que o Poder Executivo dialogue com todas as bancadas, com todas as representações populares, porque esta gestão, sim, está trabalhando duro, acordando cedo e dormindo tarde, para que a gente tenha um Município melhor do que nós encontramos. Um boa noite a todos. Obrigado pela oportunidade.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, secretário André Barbosa. Sr. Presidente, antes de passar para a o Simpa, a Ver.^a Biga Pereira pediu para se pronunciar.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Boa noite a todos e a todas. Acho que esta audiência, apesar de não ser presencial – depois da pandemia, eu gosto das atividades presenciais, para que a gente possa se ver e se abraçar –, mas enfim, de toda forma, acho que é uma audiência que proporcionou e oportunizou aqui o debate. Eu quero dizer como vereadora, mas especialmente como mulher, como cidadã, que, para nós, políticas públicas são extremamente importantes. A falta delas é que faz com que a nossa vida seja cada vez mais difícil. Portanto, políticas públicas, para mim, sinal de igual: servidores, servidoras, que são exatamente essas que nos atendem, seja na saúde, seja na educação – em que a grande maioria são mulheres inclusive. Nós respeitamos e admiramos o trabalho que os servidores municipais, as servidoras municipais prestam à nossa comunidade. Portanto, eu quero aqui reafirmar o meu compromisso com essa

categoria, o meu compromisso em seguirmos juntos, para que a gente possa garantir direitos. Nós viemos numa pegada de seis anos acumulando perdas de muitos direitos, não é possível que a gente aceite isso tranquilamente. Portanto, eu quero aqui, ao usar este espaço, dizer aos servidores e às servidoras que aqui na Câmara de Vereadores vocês terão, sim, esta voz em defesa dos nossos servidores e das nossas servidoras. Um grande abraço, contem sempre com nosso mandato, com o mandato do PCdoB aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Muito obrigada e uma boa noite para vocês.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, agora, sim, Presidente, podemos passar a palavra para os colegas do Simpa, para as considerações finais, por até 10 minutos.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Sr. Assis Brasil Olegário Filho está com a palavra.

SR. ASSIS BRASIL OLEGÁRIO FILHO: Depois desse debate, eu até vou me permitir fazer uma sugestão aos senhores vereadores, vereadoras e ao Presidente da Casa – agora, inclusive, que não se usa mais máscaras em nenhum lugar, inclusive até nos próprios hospitais –, para que a gente retorne às audiências presenciais. Eu conheço, trabalhei na Câmara um tempo, nós temos servidores e servidoras muito qualificados, e a Câmara de Vereadores que tem todas as condições para a gente começar a voltar a ter audiência pública na Casa. Senão, a Câmara começa a ficar apartada do povo, não é? É a Casa do Povo, é a nossa Casa, como se chama, então estou colocando essa demanda porque nós poderíamos ter uma participação muito maior presencial, na Câmara, porque ela tem condições de atender.

Em me sinto muito contemplado pela fala de todos os colegas da Prefeitura, a maioria eu conheço e são qualificadíssimos, são servidores e servidoras que dedicam muitas horas e, às vezes, passam das suas horas, inclusive, como já não tem mais banco de horas, passam muitas vezes porque tem que esperar a mãe e o pai que esqueceram a criança – ninguém vai deixar uma criança sozinha

dentro de uma escola, não é? As servidoras da FASC, muitas vezes correm, trabalham com a população mais vulnerável. Os servidores e servidoras do DMAE... Antigamente o DMAE ganhava prêmio de excelência, hoje está sendo sucateado, tem um plano de ficar com a parte mais cara, que é a captação e o tratamento da água, e dar a distribuição e a gerência comercial para a iniciativa privada. Vai ficar um peso para a população socializar os prejuízos e privatizar os lucros. Então eu me sinto muito contemplado pelas falas.

Já que o André Barbosa colocou que é disposto ao diálogo, então, o seguinte: vamos retirar o projeto e vamos abrir um processo mesmo de negociação. Porque, na verdade, o que aconteceu foi um reaproveitamento de um projeto – o Jerri e o Adriano foram muito felizes sobre a questão da emenda retificativa da LAA –, e ele não foi negociado. Ele é só uma cópia, ou melhor, reaproveitaram o projeto do Marchezan e ainda colocaram a LAA, que não teve negociação. O próprio secretário sabe disso, nunca houve uma reunião. Então, se querem mesmo, se o governo se diz democrático e está aberto à discussão, retire o projeto e abra um processo de negociação, de discussão com a categoria, porque o Simpa não decide nada sozinho, quem decide é a categoria nas suas assembleias, nas suas instâncias. E é o eixo que a categoria tem solicitado que a gente faça – nós somos representantes, a gente não decide nada sozinho. Então, que retirem esse projeto, e a que gente abra um processo de discussão, já que o prefeito na campanha... Isso sempre é dito isso. Não adianta só negociar alguns itens, alguns pontos, e muitas questões não se negociar, tem que abrir um processo de conversa, de diálogo. Pena que pouca gente participou. Acho que essa questão de audiência pública aberta presencial é fundamental para a construção democrática. Nós estamos regredindo em Porto Alegre sobre a questão da participação popular, a participação empoderada, os próprios conselhos estão sendo esvaziados.

A licença-prêmio não é uma benesse, faz parte de um processo, são servidores e servidoras que dedicam horas, a sua vida – a Roselia é um exemplo claro disso –, e chegam no final... Bom, está acontecendo isso, na Prefeitura, o concurso público vai virar bico, porque nós estamos vendo, inclusive, profissionais preferindo ir para Alvorada, Gravataí, Viamão, para outras prefeituras, do que

ficar em Porto Alegre, isso é uma realidade, é só olhar o diário oficial, o DOPA, quantas vezes vemos relações de pessoas, servidores e servidoras que podíamos qualificar, dar um serviço muito mais qualificado, e estão indo para outros locais, prefeituras ou mesmo iniciativa privada. É só ver os dados. A licença-prêmio não impacta em nada; hoje, o gasto da receita corrente líquida, pelo último dado fornecido pela própria Prefeitura, é de 41,6%; ou seja, não gasta nem 50% do gasto com pessoal, muito abaixo do limite prudencial e do que define a Lei de Responsabilidade Fiscal. Passo a palavra para o João.

SR. JOÃO EZEQUIEL DA SILVA: Para a gente concluir a parte do Simpa, quero dizer, secretário André Barbosa, com todo respeito que o senhor sabe que a gente tem pelo senhor, primeiro, a gente quer lamentar que o prefeito Melo fez uma abertura aqui e logo se retirou – logo na sua abertura já se retirou do debate. Portanto, isso não condiz com a própria fala dele de que ele dialoga, e esse não diálogo se comprova a partir do momento em que o governo Melo manda para a Câmara um projeto sem fazer o debate com a representação dos servidores sobre esse projeto, sobre esse tema. Quero dizer, secretário André Barbosa, que, para além desse bojo de ataques que nós estamos sofrendo já há alguns anos, continuado por este governo, que é o governo de vocês, é o governo Melo, ainda se soma isso. Nós temos para trás, de perdas, algo na ordem de 30%, e não foi sequer colocado pelo governo Melo como nós vamos recuperar essas perdas. Aí, ao invés de o governo de vocês propor aos municipais uma recuperação dessas perdas que nos foram arrancadas à força, à fórceps, vocês ainda trazem um projeto que ataca ainda mais servidoras e servidores, vou repetir aqui, que estiveram durante toda a pandemia arriscando as suas vidas para atender a população. Trago exemplos aqui, a saúde, o DMAE, o DMLU, a FASC, inclusive as escolas não fecharam, e estavam sem a vacinação, no pico da pandemia, sem a vacinação, sem EPIs disponíveis, tanto que o Simpa teve que fornecer cerca de três mil máscaras e escudos faciais para os servidores poderem trabalhar, foi isso o que aconteceu. Secretário André Barbosa, agora o governo Melo vai premiar esses trabalhadores, essas trabalhadoras, que na maioria são mulheres, com mais um ataque, com mais uma retirada de direitos,

e não está garantido, secretário, o direito adquirido, como foi dito, porque a LP vai ser extinta, ela vai ser extinta. Tem aí uma transição que vai permitir, para alguns, recebê-la integralmente ao final de cinco anos, e acabou – e acabou!

Portanto, nós somos contra esse projeto, e queremos reafirmar, se o governo Melo, de fato, é um governo de diálogo, que quer valorizar os servidores, como disse muito bem aqui o Assis, ele que retire o projeto, a gente senta com vocês ali na Prefeitura, e aí nós vamos negociar, porque, secretário, a gente não pode negociar com uma espada na cabeça. Isso não é negociação. Isso de nos botar na parede com uma espada na cabeça e dizer que estão negociando... Olha, o senhor ouviu aqui. Quem é que o senhor ouviu aqui, dos presentes, defender esse projeto? O senhor falou aí que tem aqueles que elogiam. Nós não ouvimos nenhum, a não ser o governo. Não ouvimos ninguém, nem mesmo um vereador da base aliada vir aqui hoje e dizer: “Não, esse projeto é bom”. Nós lemos aqui uma relação de mais de treze cidades, inclusive fora do Estado, muitas aqui da Região Metropolitana, que estão mantendo a licença-prêmio, porque não é uma benesse. Não é uma benesse. Licença-prêmio, o nome já diz, é um prêmio pela dedicação daquele servidor que não faltou, que não cometeu nenhuma irregularidade a ponto de ser punido. Portanto é um servidor que teve compromisso com o serviço público municipal. E quero dizer, lamentavelmente, que o governo Melo tem, sim, uma política também nefasta, como era a política do governo Bolsonaro, uma política nefasta de seguir atacando o serviço público, de seguir atacando os servidores, e, portanto, nós vamos seguir na luta. Quero aqui dizer a cada colega que está presente que acompanhe os chamados do Simpa, porque essa luta não está perdida, nós vamos lutá-la até o final. Convocamos todos, servidores e servidoras, venham conosco e vamos lutar contra a aprovação desse PELO que é nefasto, sim, para a cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, João. Obrigado aos colegas do Simpa. Sr. Presidente, podemos encaminhar... A colega quer falar alguma coisa, por gentileza.

SRA. ELISABETE CHARÃO DE ANDRADE: Na verdade, eu fui contemplada com a fala dos meus colegas; se o governo realmente quer e acredita no diálogo, que realmente nos chame para uma conversa, a não ser que o projeto seja a desqualificação do serviço público municipal, porque o que está acontecendo é que os colegas simplesmente estão indo para as prefeituras da Região Metropolitana, porque lá ainda se tem um mínimo de direitos, que não são privilégios, são direitos realmente do trabalhador. A nossa ideia não é o aumento de salário, a nossa ideia não é nada disso, é simplesmente que nós possamos prestar um serviço público de qualidade. Esse é o nosso objetivo.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, colegas. Sr. Presidente, pode encaminhar o encerramento da audiência.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Perfeito, Dr. Luiz Afonso. Quero agradecer a presença de todos, dos esclarecimentos do Dr. André Barbosa, de todos os servidores, do Simpa, que participaram conosco. Estamos sempre à disposição. Um grande abraço. Uma boa noite a todos, e que amanhã e nos outros dias possa haver essas discussões para que se chegue a um bom termo. Obrigado. Nada mais havendo a tratar, encerros os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 21h.)